

**Anarquismo, pensamento geográfico e a crítica da sociedade: breves apontamentos sobre permanências e retomadas.**

Thiago Teixeira da Cunha Coelho, UFMG (mestre em Geografia), thiagoteixeira.tx@gmail.com

Resumo: Neste artigo pretendemos apresentar a relação estreita que existe entre a formação da geografia como ciência e a constituição de um pensamento geográfico com o anarquismo, personificado nas figuras de Piotr Kropotkin e Elisée Reclus. Além disso, pretendemos apresentar de forma breve as bases do movimento e do pensamento anarquista e quais suas contribuições para refletirmos acerca da sociedade contemporânea, considerando o que fica do legado dos autores acima referidos e quais as atuais formulações sobre o anarquismo na geografia e nas ciências humanas em geral.

Palavras-chave: Anarquismo, pensamento, movimento, geografia, crítica

Abstract: In this article we intend to present the close relationship that exists between the formation of geography as a science as well as the constitution of a geographical thought with anarchism, personified in the figures of Piotr Kropotkin and Elisée Reclus. Furthermore, we intend to briefly present the basis of anarchist movement and thought and their contributions to reflect on contemporary society, considering what is left of the authors mentioned above and what are the current formulations of anarchism in geography and in the humanities in general

Keywords: Anarchism, thought, movement, geography, criticism

## INTRODUÇÃO

Ainda que a ditadura de um partido constituísse um meio útil para combater o regime capitalista – o que duvido muito –, esta mesma ditadura seria totalmente nociva para a criação de uma ordem socialista. O trabalho, necessariamente, tem de constituir-se na base das forças locais, mas até agora, isto não ocorre nem é estimulado por nenhum lado. [...] Uma obra semelhante poderia ser empreendida pelos soviets, pelos conselhos locais. Mas a Rússia, devo enfatizar, é uma república soviética apenas no nome. [...] não há mais soviets na Rússia, mas somente comitês do partido que fazem e desfazem. [...] Para sair da desordem atual a Rússia deve retomar o espírito criador das forças locais que, asseguro, são as únicas capazes de multiplicar os fatores de uma nova vida. [...] Entretanto, se a situação atual se prolongar, a mesma palavra socialismo se converterá numa maldição, como ocorreu na França com a ideia igualitária durante os quarenta anos que seguiram ao governo dos jacobinos.

Piotr Kropotkin em carta a Vladimir Lênin.

O século XIX é ponto de partida histórico e teórico dos debates e formulações a serem apresentados nesse artigo, no qual pretendemos traçar algumas linhas entre o pensamento geográfico e o anarquismo desde então, buscando compreender quais elementos presentes nas obras de diversos “geógrafos anarquistas” podem auxiliar no atual debate sobre temas como: capitalismo contemporâneo e suas crises, Estado moderno e os limites da democracia. A carta acima apresentada é um belo exemplo. Já no fim de sua vida, o geógrafo e anarquista russo Piotr Kropotkin retorna a Rússia para acompanhar os desdobramentos da Revolução de Fevereiro 1917. Após a derrubada dos mencheviques e a Revolução de Outubro no mesmo ano, Kropotkin se reaproxima aos anarquistas russos, durante perseguidos pelos bolcheviques nos próximos anos. Lênin dialogou diretamente com Kropotkin, que realizou duras críticas ao regime bolchevique, em especial a propriedade do Estado do processo e dos meios de produção, pois considerava que não havia uma mudança substancial na exploração privada, além disso explicitou como a destruição dos *soviets* - centrais para a consolidação do processo revolucionário – constituiu-se em golpe de morte no processo revolucionário. Ademais, a crítica e a prática anarquista sempre foram responsáveis por tensionar com os limites do socialismo pela via da tomada do poder estatal. Diante disso, acreditamos que o anarquismo tem contribuição central na formulação de

um projeto emancipatório de sociedade e, por este motivo, voltaremos nosso olhar para debates em seu interior.

### **Sociedade moderna, Ciência e Anarquismo: sobre ontologia e crítica social**

Ausência de ordem, caos. Essa é a terminologia empregada pelo o senso comum acerca do anarquismo, seja ele tomado como corrente de atuação política, teoria ou práxis. Parece bastante interessante a maneira como Woodcock apresenta o anarquismo em sua raiz etimológica grega, pois

Encontramos a justificativa para os dois significados conflitantes que a palavra recebeu na derivação dos vocábulos anarquia, anarquismo e anarquista. *Anarchos*, a palavra grega original, significa apenas "sem governante" e, assim, a palavra anarquia pode ser usada tanto para expressar a condição negativa de ausência de governo quanto a condição positiva de não haver governo por ser ele desnecessário à preservação da ordem. (WOODCOCK, 2002, p.8).

Essa definição desperta uma força dialética na interpretação sobre as formas de organização política, em especial nas formas modernas, porque permite compreender o Estado e a estruturação de um poder central tanto nos termos iluministas, como momento necessário para superar uma condição inferior ou subdesenvolvida; e pode refletir a supressão de uma forma de organização social, cuja centralização do controle político se fazia dispensável. Podemos considerar que existe uma predominância da primeira interpretação, sendo que a segunda interpretação não parece ser pertinente – ou sequer cientificamente aceitável – para a teoria política e a filosofia moderna. Para tal, podemos partir dos apontamentos de Pierre Clastres,

O exemplo evocado acima, das sociedades indígenas da América ilustra perfeitamente, assim o cremos, a impossibilidade que existe de falar de sociedades sem poder político. Não é aqui o lugar de definir o estatuto do político nesse tipo de culturas. Limitar-nos-emos a recusar a evidência etnocentrista de que o limite do poder é a coerção, além ou aquém do qual nada mais haveria; que o poder existe de fato (não só na América, mas em muitas outras culturas primitivas) totalmente separado da violência e exterior a toda hierarquia; que, em consequência, todas as sociedades, arcaicas ou não, são políticas, mesmo se o político se diz em múltiplos sentidos, mesmo se esse

sentido não é imediatamente decifrável e se devemos desvendar o enigma de um poder “impotente”. (CLASTRES, 2014, p.33)

A concepção do poder e da político como fruto natural da coerção não é questionada somente da perspectiva de uma crítica ao etnocentrismo. Clastres explicita que o poder pode existir “separado da violência e exterior a toda hierarquia”, pois essa concepção – responsável por construir uma grande tradição nas ciências humanas – evolucionista é tributária direta do darwinismo social e da concepção de hegeliana de fim da história. O movimento teleológico da história se constitui numa interpretação hegemônica apresentada em louça prateada, onde podemos ver seu brilho e iluminação, cujo fundamento está na dialética positiva hegeliana. Sua fé no processo histórico se torna possível porque compreender que “nos acontecimentos dos povos domina um fim último, que na história universal há uma razão – não a razão de um sujeito particular, mas a razão divina absoluta” (HEGEL, 1995, p. 32). Essa verdade é a substância metafísica que pode ser demonstrada pela história universal, pois “a história universal é somente a manifestação desta única razão, é uma das figuras particulares em que razão se revela, uma cópia do protótipo que se exhibe num elemento particular, nos povos” (HEGEL, 1995, p. 32). O Estado Moderno seria o momento em que se realiza o Espírito Absoluto, o que põe às claras o giro copernicano (ADORNO, 1969) que Hegel traz de Kant onde o mundo é posto pelo sujeito como expressão de um absoluto singularizado. O papel do sujeito (povo) como aquele que tem sua liberdade e expressa em si a relação geral/particular do Espírito Absoluto é, portanto, central. Hegel resolve a “coisa em si” kantiana, pois a “essência” se realiza de forma singular na “aparência” dos indivíduos. O sujeito no movimento dialético se coloca como expressão de uma Razão própria da essencialidade divina e, portanto, metafísica desta Razão. Hegel uma racionalidade transcendental que põe a história em movimento

O espírito é o universal, o ilimitado, a própria forma infinita mais íntima, acaba com tudo o que é restrito. Mesmo quando o elemento objetivo não surge como finito e restrito pelo seu conteúdo, aparece, no entanto, como dado, como imediato, como autoridade, portanto, como algo que não pode traçar limites ao pensamento, não pode permanecer erigido em si como fronteira para o sujeito pensante e a reflexão infinita” (HEGEL, 1995, p. 150).

Este “sujeito pensante” que carrega em si a contradição finito/infinito, por meio da relação entre particular (singular) e universal, mostra uma resolução dessa contradição no Espírito Absoluto. A sociedade burguesa moderna, do “encontro” entre a Razão e o sujeito (Estado Moderno) é

momento do “fim da história”. A realização do conceito e o conceito em si são aquilo que colocam a identidade do sujeito, que tem na Ideia a relação entre geral/singular e o Espírito realizado. Na modernidade estas formas teriam atingido o ápice, onde essa contradição se dissolve no aparato jurídico do Estado moderno burguês, cuja racionalidade iluminista se apresenta como o “hour concurs”, pois concede aos indivíduos uma equivalência jurídica, e uma “liberdade” de escolha. Esse processo só pode ser realizado no âmbito de uma história universal linear e evolutiva, capaz de unificar diferentes sociedades dentro do grande guarda-chuva da humanidade e sua força evolutiva ontológica. Esse processo tem um marco histórico, qual seja, a constituição de uma *sociedade produtora de mercadorias* (KURZ, 1992) onde a produção de riqueza e dos elementos materiais de sobrevivência se autonomizam, passando a mover a própria vida e a atividade produtora de riqueza, o trabalho, ocorre como um processo que *passa às costas dos sujeitos* (MARX, 2013) cujas vontades são contornadas e possibilidades pelo processo geral de reprodução desse *sujeito automático* (MARX, 2013). Ao mesmo tempo em que se constituem essas forças hegemônicas são gestados movimentos contrários a esta força social, nos quais são organizadas resistências a imposição violenta da dominação da força de trabalho e dos ritmos produtivos da industrialização nascente. O anarquismo emerge no século XIX no bojo do pensamento radical, cujo objetivo central era compreender o caráter dessa forma de dominação e destruir suas bases fundamentais. Trata-se, portanto, de compreender como suas práticas se movem na direção contrária da ontologia da competição, fundamental a economia política e sua pretensão de ciência síntese da realidade, onde a rentabilidade, eficácia e produtividade passam a organizar a maneira como todas as realidades são observadas. A ciência toma tais elementos como referência para compreender o mundo a imagem e semelhança daquele onde seus pressupostos foram gestados e se propõe universais. E, como Clastres evidencia ao tratar da maneira como a antropologia trata as formações políticas das sociedades não europeias

Talvez esteja aí a dificuldade da reflexão clássica sobre o poder: é impossível pensar o apolítico sem o político, o controle social imediato sem a mediação, em uma palavra, a sociedade sem o poder. O obstáculo epistemológico que a “politicologia” não soube até o momento ultrapassar, nós acreditamos tê-lo descoberto no etnocentrismo cultural do pensamento ocidental, ele mesmo ligado a uma visão exótica das sociedades não-ocidentais. Se nos obstinamos em refletir sobre o poder a partir da certeza de que a sua forma verdadeira se encontra realizada na nossa cultura, se persistimos em fazer dessa forma a medida de todas as outras, até mesmo o seu tólos, então seguramente renunciaremos à coerência do discurso, e deixamos a ciência degradar-se em opinião. A ciência do homem talvez não seja necessária. Mas desde que queiramos constituí-la e articular o discurso etnológico, então convém mostrarmos um pouco de respeito às culturas arcaicas e nos interrogarmos sobre a

validade de categorias como aquelas de economia de subsistência ou de controle social imediato. Ao não efetuar esse trabalho crítico, arriscamo-nos primeiramente a deixar escapar o real sociológico e, em seguida a descaminhar a própria descrição empírica: chegamos assim, segundo as sociedades ou segundo a fantasia de seus observadores, a encontrar o político em todo lugar ou a não encontrá-lo em parte alguma. (CLASTRES, 2014, p.33).

A crítica da ideia moderna de desenvolvimento e riqueza; também a concepção de Estado como expressão da máxima organização social humana dizem mais sobre um problema da ciência ao reproduzir seus pressupostos como máximas explicativas da realidade do que sobre as sociedades investigadas. A compreensão de nossa sociedade possui uma superioridade moral, pois cultivamos uma ideia abstrata de igualdade e liberdade cai por terra ao olharmos para a realidade material da sociedade moderna, cujo motor civilizatório foi a violência e o extermínio do outro, sempre se valendo não só da força mas da justificativa retórica que construiu um sentido para tal processo. Dessa maneira, retomamos a concepção de anarquismos exposta por David Graeber

os três elementos essenciais que perpassam todas as manifestações da ideologia anarquista estão definitivamente lá – antiestatismo, anticapitalismo e política prefigurativa (i.e., modos de organização que de maneira consciente remetem ao mundo que se deseja criar. Eles estão presentes em tudo, dos coletivos de resistência à Indymedia, os quais podem todos ser chamados de anarquistas no sentido mais novo. Em alguns países, existe apenas um grau muito limitado de confluência entre as duas gerações coexistentes, predominantemente na forma de acompanhamento do que cada uma está fazendo – mas não muito mais que isso. (GRAEBER, 2013, p. 7).

O anarquismo não carrega em si uma visão crítica acerca de uma série de pressupostos históricos modernos que continuam a ser transportados para um projeto de sociedade futura, como a própria concepção de economia, ou pior, de uma *economia anarquista* (GRAEBER, 2013). Isso parece um completo contrassenso aquilo que o anarquismo propõe, começando com uma “oposição do Estado no futuro” (CORRÊA, 2014, p.60) e buscando uma forma de “consciência e a aspiração de uma existência de liberdade e bem estar para todos (NETTLAU *apud* CORRÊA, 2014, p.62). Dessa maneira, apesar de muitas críticas aos limites do pensamento anarquista, acreditamos que o anarquismo tem uma importância dupla: (i) como força política e prática social ao longo do século XIX, XX e XXI; (ii) como responsável por formular críticas fundamentais ao Estado

moderno e o capitalismo, em especial os autores diretamente envolvidos com a ascensão dos movimentos de contestação do capitalismo na segunda metade do século XIX.

### **História do Anarquismo como prática social radical**

Em sua árvore genealógica do anarquismo, George Woodcock apresenta uma enorme gama de pesquisas e estudos centrados na tentativa de realizar um genealogia do pensamento e da prática anarquista. Apesar da oposição frontal as instituições e suas tradições, são muitos os teóricos do anarquismo que procuram resgatar uma espécie de vínculo transhistórico, sendo Kropotkin “talvez o mais extremado entre os genealogistas do anarquismo, pois procurou encontrar a verdadeira origem da sua doutrina não entre determinados filósofos isolados, mas na massa anônima do povo” (WOODCOCK, 2002, p.38). Além desse resgate que pretende separar as tendências para formas de organização social vinculadas a ajuda mútua e a autogestão coletiva e as formas estratificadas de dominação social, outros importantes historiadores do movimento, como Max Nettlau e Paul Eltzbacher, tem realizado uma tentativa de rastrear vínculos longínquos da prática e do pensamento humano – passando pelo taoísmo e o cínicos gregos - com o anarquismo. Entretanto

aquilo que foi tantas vezes apresentado como a pré-história do anarquismo não passa, na verdade, de uma mitologia criada para emprestar autoridade a um movimento e suas teorias, assim como uma tribo ou clã primitivas criavam seus mitos totêmicos para emprestar autoridade à tradição ou aos tabus. Essa mitologia é sustentada pela incapacidade de entender que, embora a rebelião e o desejo de liberdade sejam, ambos, elementos muito antigos na sociedade humana, eles mudam de feição de acordo com as diferentes situações históricas. Se considerarmos, por exemplo, os grandes rebeldes da antiguidade clássica, como Brutus e Spartaco, percebemos que cada um deles buscou sua própria idéia de liberdade; e no entanto, nem Brutus, lutando pelos interesses de uma oligarquia aristocrática contra a ameaça de uma ditadura, nem Spartaco, procurando libertar os escravos para que eles pudessem retomar o curso interrompido de suas vidas em seus próprios países, teriam compartilhado ou entendido determinados conceitos de igualdade econômica e liberdade sem classes que os anarquistas do século XIX desenvolveram como forma de reação a um Estado capitalista cada vez mais centralizado e mecanizado. (WOODCOCK, 2002, p.40)

Woodcock aponta para a necessidade de situar historicamente o desenvolvimento do anarquismo enquanto uma práxis diante do capitalismo e sua consolidação associada diretamente ao Estado moderno. A disputa do anarquismo não pode ser outra senão a superação de uma forma objetiva e historicamente determinada de hierarquia e dominação. Isso se constitui ao longo do século XIX como o motor das contestações da ordem social, política e econômica vigente; o que leva a construção de movimentos políticos de luta por melhores condições de vida e trabalho nas grandes metrópoles se consolidando por meio da profunda industrialização e urbanização europeia, contexto em que escreve Pierre-Joseph Proudhon – o primeiro a se apropriar e desviar o sentido do termo anarquismo, que possui uma conotação pejorativa desde a Revolução Francesa, pois era utilizado por Brissot ou membros do “Diretório” para definir os *enrangés*, grupo de revolucionários radicais que atuaram na Revolução Francesa e foram perseguidos por grupos diversos da esquerda à direita, cuja figura central é François Babeuf

O pensamento anarquista pode ser rastreado, portanto, de Proudhon em diante. Seu marco fundamental será a fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores em 1864. Nos debates responsáveis pela constituição da organização o anarquismo emerge como vertente libertária do socialismo (CORRÊA, 2014, p.20). Logo no início há uma divisão entre o federalismo libertário, cuja principal figura será Proudhon, e os comunistas, tendo Marx como figura central. No interior desse processo procederam novas divisões, dando origem aquela considerada a primeira organização de orientação anarquista: a Aliança da Democracia Federalista (1868). Esta será responsável pela consolidação do coletivismo, vinculado ao pensamento de Mikhail Bakunin. O papel da AIT é inegável na consolidação do anarquismo, já que será a partir dela que as concepções de ajuda mútua e federalismo serão difundidas no interior das massas populares espalhadas por todo globo. A divisão interna da AIT era enorme, pois se tratava de um guarda-chuva coletivo de todos os grupos políticos organizados em torno do questionamento as condições materiais precárias de vida em meio a classe trabalhadora, o campesinato e os lúmpen. Entre estes grupos destacamos: o sindicalismo inglês - considerados reformistas, pois interessavam-se fundamentalmente nas questões de caráter econômico, além de serem contrários a participação de operários estrangeiros nas greves inglesas. (MUSTO, 2014, p. 21); mutualistas - ligados ao movimento francês e a Proudhon, se opunham-se ao envolvimento político dos trabalhadores, eram contrários à greve e exprimiam posições conservadoras em relação à emancipação feminina, além de defender um sistema cooperativo e federalista, que poderia modificar o capitalismo por meio do acesso igualitário ao crédito. Isto os colocava como a ala direita da Internacional. (MUSTO, 2014, p. 21); comunistas - eram muito ativos, mas pequenos grupos com influência circunscrita em algumas cidades alemãs e suíças, além de Londres. Anticapitalistas, os comunistas se opunham ao sistema de produção existente,



reivindicando a necessidade da ação política para sua derrubada. (MUSTO, 2014, p. 22); e além desses grupos maiores, haviam alguns grupos como os seguidores de Giuseppe Mazzini (1805-1872), com um pensamento interclassista e de reivindicações nacionais; vários grupos de trabalhadores franceses, belgas e suíços ligados à teorias diversas e confusas, com algumas inspiradas no utopismo (MUSTO, 2014, p. 22). Assim, nos termos de Musto

a Internacional tornou-se um órgão de síntese política das tendências presentes nos diversos contextos nacionais. Ela foi capaz de unificá-las num projeto de luta comum, garantindo autonomia às seções locais, mas não total independência em relação ao centro dirigente” (MUSTO, M. 2014, p.23)

Entretanto, o 3º Congresso marca uma radicalização, com a formação de novos sindicatos e a intensificação de seu poder local. Neste momento a AIT se coloca como uma força revolucionária, pois passa a condenar o sistema capitalista e a necessidade dos trabalhadores expropriarem os capitalistas de seus instrumentos de produção. (CORRÊA, 2012, p.21). Esse processo de radicalização levou com que a hegemonia federalista tivesse uma virada, do mutualismo, um dos campos federalistas ligado aos proudhonianos, cedeu espaço para outro, o coletivismo - vinculado a Mikhail Bakunin. (CORRÊA, 2012, p.21). Isto levou a criação da Aliança Democrática Socialista (ADS), considerada a primeira organização internacional anarquista. A Aliança Democrática Socialista (ADS) foi responsável pela expansão da Internacional para países onde ela ainda não atuava, como Espanha, Itália, Portugal e Suíça, além de casos na América Latina. (CORRÊA, 2012, p.24). Entretanto, a AIT vai se dividir em 1872, no congresso de Haia que culminou com a expulsão de Bakunin e a criação da Internacional de Saint Imier. Nesse momento, o anarquismo se encontra no centro das mobilizações anticapitalistas pelo mundo, o que será uma constante até os dias atuais, apesar de grande discordância acerca de como esse processo se desenvolve.

A participação dos anarquistas em diversos movimentos históricos de contestação ao capitalismo produziu um mito, onde a participação dos anarquistas passa a ser restrita à cinco grandes momentos, com ênfase em cinco episódios (as mobilizações do Primeiro de Maio e a morte dos Mártires de Chicago entre 1886-1887; a Confédération Générale du Travail (CGT) francesa, fundada em 1895, cuja Carta de Amiens, de 1906, foi central para o sindicalismo revolucionário; a Revolta de Kronstadt, no contexto da Revolução Russa, em 1921; a Revolução Espanhola de 1936-1939 e as revoltas francesas do Maio de 68. (CORRÊA, 2012, p. 27). Segundo

Michael Schmidt, além de exagerar ao avaliar a influência anarquista em alguns episódios (Kronstadt e o Maio de 68) e apagar sua participação em outros (Revolução Mexicana de 1910, a Revolução na Manchúria (1929-1931) e a Revolução Cubana (1952 - 1959), Levantes Cantonalistas na Espanha em 1873 e a Revolta da Macedônia de 1903); a apresentação dos momentos apaga os fluxos e refluxos do movimento anarquista, ocorridos por motivações diversas. (SCHMIDT *apud* CORRÊA, 2012, p. 27). A teoria das cinco ondas fundamenta-se na ideia que a militância anarquista, anarco-sindicalista/sindicalista revolucionária passou por movimentos de expansão e retração ligados às condições objetivas das classes populares organizadas. As cinco ondas se referem não só a tramas das atividades e culturas da classe trabalhadora, como também os movimentos globais de pessoas, capital e idéias. Ou seja, trata-se de um guia histórico para a compreender os altos e baixos do movimento, e não como uma lei de ferro do progresso e da reação. (CORRÊA, 2012, p. 27).

A primeira onda (1868 – 1894) foi marcada pelo anarquismo no interior da AIT e pela sua difusão em diversos países, principalmente na Europa mas também através de correspondências com países fora do continente europeu, entre 1868 e 1872. Aqui temos o fortalecimento do sindicalismo com diversas insurreições e revoltas armadas. Exemplos: Mártires de Chicago, Comuna de Paris, Revoluções Cantonalistas, *Gran Círculo de Obreros en México* (GCOM). (CORRÊA, 2012, p.31-34). A segunda onda (1895 – 1923) foi maior e mais relevante, marcada pela consolidação do sindicalismo de intenção revolucionária e das organizações específicas anarquistas em tempos de guerra e reação. O contexto em que se insere esse período é o da expansão do capitalismo, potencializada nos anos 1890 com a abertura de colônias africanas e várias partes da Ásia à dominação imperialista. Exemplos: a *Confédération Générale du Travail* (CGT) e a Carta de Amiens; *Industrial Workers of the World* (IWW); Escolas anarquistas (Barcelona, Ferrer, Clivio); *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA) e as revoltas na Patagônia; Confederação Operária Brasileira e a Greve Geral de 1917; além das participações anarquistas na Revolução Mexicana e Russa. (CORRÊA, 2012, p.37/42). As revoluções anti imperialistas e a resistência ao fascismo e ao bolchevismo são os elementos centrais da terceira onda (1924 -1949). As contrarrevoluções fascistas e o fortalecimento do socialismo bolchevique pautaram o período, com um guinada das organizações de esquerda em direção à um alinhamento com a URSS. Esse período foi marcado pela Guerra Civil na Espanha em 1936, onde os anarquistas - na *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT) e na Federação Anarquista Ibérica (FAI) foram centrais no processo. Outras marcas do período são a insurreição de 1944 na Bulgária (FAKB), Território Livre o *Nabat* na Ucrânia. (CORRÊA, 2012, p.45 – 50). A Guerra Fria e polarização ideológica são centrais num refluxo do anarquismo, na chamada

Quarta Onda (1950 – 1989). Apesar de conseguir reestabelecer uma organização internacional (Internacional de Federações Anarquistas) e sendo presente nas resistências populares por todos mundo e vinculado aos processo de descolonização na África e Ásia há um enfraquecimento ligado a ascensão do marxismo ortodoxo na organização da prática e da crítica social no período. Destacamos ainda a força e importância do anarquismo na Luta de independência da Argélia (1962), Revolução de Abril (1960) estabelecendo a Segunda República Coreana, bem como no levante de Gwangju (1980), *The Scream of the People* (CHK), importante na Revolução Iraniana, além do Maio de 68 na França e os movimentos por direitos civis no EUA, com forte participação anarquista. (CORRÊA, 2012, p.52 – 59). Fim da URSS, fim do apartheid, fim das ditaduras no leste europeu e nas Américas, e o surgimento da Internet. São alguns marcos no movimento anarquista global a partir dos anos 90 – a Quinta onda (1990 - ...), como podemos ver nos projetos *Anarkismo.net* e a criação do Centro de Mídia independente e diversas Feiras Anarquistas em todos mundo. Isso se vincula a um forte movimento anti globalização (CORRÊA, 2014, p.60 – 65). Fica evidente que o anarquismo é um movimento global, uma força política e utopia em torno da qual muitas pessoas se agregam e lutam buscando uma sociedade livre da dominação direta por outros indivíduos, grupos ou instituições, lutando por autonomia e autodeterminação. E temos convicção que essa história tem relação direta com a presença de dois grandes geógrafos no interior do processos de construção do pensamento anarquista.

### **Anarquismo e geografia: entre a ajuda mútua e a crítica radical a modernidade**

O acesso ao material produzido por teóricos anarquistas se apresenta de forma escassa no interior das universidades, onde se debatem e produzem elementos teóricos e filosóficos para compreensão e análise da realidade. Dessa maneira, podemos considerar o anarquismo como descolado da produção acadêmica, em especial no Brasil. O caso brasileiro, apesar de afirmar a regra, possui algumas importantes exceções. Na geografia destacamos na atualidade Marcelo Lopes de Souza (UFRJ) e Amir El-Hakim de Paula (UNESP) responsáveis por discutir o anarquismo na formação do pensamento geográfico. Ambos discutem o papel do anarquismo na atualidade, mas também são responsáveis por resgatar o pensamento de dois autores fundamentais, tanto para o anarquismo como para a geografia: Elisée Reclus e Piotr Kropotkin. Reclus, vindo de uma família de pensadores e pesquisadores (AZEVEDO, 1976), foi responsável por uma obra vasta. Não só escreveu e visitou diversas regiões do planeta como organizou uma obra conta com mais

de 30.000 laudas, incluindo os 19 volumes de sua Nova Geografia Universal e os seis volumes da coleção O Homem e a Terra. Durante muito tempo, sua obra foi considerada somente um compêndio enciclopédico e sem grande relevância e até mesmo como uma “obra descritiva”, ou “colonialistas” (SKODA, 2016, p.116). O Reclus pretendia com sua obra

Era para atacar e contribuir com a destruição destas instituições tão nefastas que Reclus escreveu suas obras. Este projeto de “civilização” para os povos autóctones de todo o mundo pautado na colonização – expansão comercial e territorial –, escravidão, vício e miséria, era o que Reclus buscava combater em sua obra geográfica. (SKODA, 2016, p.118).

Além disso, sempre considerou a Geografia como uma “ciência contra as fronteiras, cujo propósito seria facilitar a solidariedade, e não o contrário.” (SKODA, 2016, p. 17/18), em contraposição as geografias nacionais de contemporâneos como Ratzel, La Blache ou Mackinder. Possui também uma visão bastante interessante acerca da geografia escolar e do papel do trabalho de campo e do contato com a realidade no processo de formação. Como ele mesmo coloca

A escola verdadeiramente liberada da antiga servidão só pode ter franco desenvolvimento na natureza. O que em nossos dias é considerado nas escolas como festas excepcionais, passeios, cavalgadas pelos campos, landas (charcos) e florestas, nas margens dos rios e nas praias, deveria ser a regra, pois é apenas ao ar livre que se conhece a planta, o animal, o trabalhador e que se aprende a observá-los, a fazer-se uma ideia precisa e coerente do mundo exterior. (RECLUS, 2009, p. 25).

A retomada da obra de Elisée Reclus tem sido fundamental para um novo impulso de aproximação da geografia com práticas políticas radicais, em direção a um projeto de superação da dominação pela segunda natureza. A maneira como o autor é apresentado por Simon Springer explicita sua importância

Reclus vislumbrava uma conexão entre a humanidade e a Terra, compreendendo-a como a natureza autor-consciente. Ainda que o universalismo impresso em seu pensamento seja considerado ultrapassado diante da atual influência do pós-estruturalismo na

academia, não é possível ignorar a grande influência que sua ética social e ecológica teve na produção do pensamento radical, que ampliou muito os limites do que se conhece comumente sobre o anarquismo. Reclus era comprometido com o princípio de estender a compaixão, o altruísmo e a capacidade de amar para além dos laços familiares imediatos, das nações ou mesmo das espécies, num processo que, segundo sua aposta, desabilitar e diminuiria todas as formas de dominação. No caminho da humanidade em direção a um planeta com maior consciência, Reclus corajosamente acreditava que essa trajetória de empatia recíproca, generosidade e respeito ajudaria o mundo a descobrir coletivamente um mais profundo significado emocional em nossas experiências compartilhadas enquanto terráqueos. Muito tempo antes das questões subjetivas colocarem temas relacionados às emoções no campo da geografia crítica, Reclus já havia estabelecido uma “geografia do cuidado”, tal como defendida por Lawson (SPRINGER, 2016,p.166/167)

Um contemporâneo de Reclus tem um papel similar ao seu, tanto no movimento anarquistas como na geografia. Piotr Kropotkin passou por diversos percalços. Foi preso diversas vezes – o que também ocorreu com Reclus – e sua prisão e fuga na Rússia, foi responsável por sua chegada na Europa ocidental e aproximação com diversos anarquistas, inclusive Reclus. Antes disso, participou ativamente das expedições da Sociedade Geográfica Russa pela Sibéria e Mongólia. Segundo Springer

A experiência siberiana também cultivou uma imaginação geográfica diferente, ao enfatizar não a centralidade do trabalhador industrial, mas o trabalhador da agricultura, da produção local, da organização descentralizada da vida rural. Isso lhe permitiu conceber um lugar para a autossuficiência em sua reflexão, além de colocar em xeque a necessidade de um governo centralizado. Além disso, o ensino da geografia, especialmente para crianças, era tratado por ele como exercício intelectual emancipador, na medida em que permitiria não apenas despertar as pessoas para as harmonias da natureza, como também ajudar a dissipar os preconceitos nacionalistas e racistas: uma promessa que a geografia, ainda hoje, sustenta. (SPRINGER, 2016,p.167/168)

Além de possuir uma vasta obras, cujos principais livros são *A conquista do pão*, de 1892, *Ajuda Mútua: um fator de evolução*, 1902, *Campos, fábricas e oficinas*, de 1912; Kropotkin colaborou diretamente com as produções de Reclus, sendo responsável, por exemplo, pelo volume sobre a Rússia da Nova Geografia Universal. Participou do mapeamento de grande parte do território russa, em especial da Sibéria e dialogou profundamente com diversos membros da ciência geográfica do período como Halford

Mackinder. Kropotkin apresenta o anarquismo como algo que emerge da própria constituição do homem, em sua separação em relação a natureza, posto que “o anarquismo não seria a criação de algumas brilhantes cabeças, mas estaria se desenvolvendo desde o momento em que o homem não aceitou ser subordinado por quaisquer tipos de dominação” (PAULA, 2019, p.12). Tem na figura de William Godwin uma de suas principais referências, pois para Godwin o meio possui uma influência central na formação dos indivíduos, que não possuem quaisquer instintos inatos e “sustenta ainda que a experiência de vida e associações que o indivíduo compartilha ao longo de sua existência têm um papel primordial na constituição de seu caráter”. (PAULA, 2019, p.20). A influência de Goodwin tem relação com a crítica ferrenha de Kropotkin ao darwinismo social, fundamentado nas concepções darwinistas sobre a competição como motor evolutivo e a querela entre Goodwin e Malthus, cujas formulações estavam repletas análises morais acerca das condições da sociedade industrial em formação embrionária

Malthus acha inútil acreditar que o aumento de renda das pessoas mais pobres promoveria um menor crescimento populacional, visto que ao terem melhores condições de vida a tendência era a multiplicação da prole. [...] aponta que é o crescimento desordenado da população que leva a uma falta catastrófica de alimentos, fato inexoravelmente relacionado ao processo organizativo das camadas mais baixas da sociedade, naturalizando a situação social e a divisão por classes. É como se os pobres tivessem uma propensão quase que natural à procriação, e então esse crescimento desordenado geraria mais miséria e a entrega ao vício. Duas frases merecem destaque por serem lapidares do pensamento desse economista: “Um trabalhador que casa sem estar em condições de sustentar uma família pode, em alguns aspectos, ser considerado um inimigo de todos os seus companheiros trabalhadores. [...] O trabalhador pobre, para usar uma expressão vulgar, vive ao deus-dará. Suas necessidades do momento ocupam toda sua atenção e eles raramente pensam no futuro. Mesmo quando têm uma oportunidade de poupança, raramente a fazem, mas tudo o que está além de suas necessidades de momento, genericamente falando, vai para a cervejaria”. (MALTHUS *apud* PAULA, 1986, p.16/17)

A culpabilização do trabalhador por parte de Malthus não é estranha, ainda mais se considerarmos sua origem no seio da igreja protestante. No entanto, isso explicita uma base de onde parte uma teoria assentada num determinismo oriundo de uma transformação de um dado da sociedade onde o autor se insere como algo transhistórico e natural, próprio a natureza humana. Este elemento vai influenciar a obra do próprio Darwin, que

Embora Darwin não tenha expressado diretamente que os menos capazes seriam as classes mais pobres, ao se utilizar dessas premissas malthusianas e declarar abertamente ter se utilizado do próprio método de análise para construir a sua teoria da evolução, o naturalista inglês deu margem para que outros cientistas se utilizassem de suas prerrogativas a fim de enquadrá-las em um entendimento da sociedade capitalista do século XIX. (PAULA, 2019, p.19).

Este é um dos elementos que coloca Goodwin como referência central para Kropotkin, pois o autor acreditava que com a abolição da propriedade privada a tendência humana do apoio mútuo refloresceria e os problemas passariam a ser resolvidos através da cooperação. Simon Springer, novamente, apresenta essa questão de maneira bastante completa

Kropotkin desenvolveu suas ideias em resposta ao darwinismo social de seu tempo, questionando a competição como o princípio básico da evolução e, seu uso para racionalizar e naturalizar a dominação capitalista. Para ele, a cooperação seria possível, sendo capaz de oferecer uma base científica à ideia de que a ajuda mútua era, de fato, a ordem natural das coisas. Nesse sentido, o capitalismo seria uma afronta à liberdade humana ao promover o privilégio, a escassez e a pobreza. Sua experiência na Sibéria lhe fez concluir que a ajuda mútua e a cooperação voluntária são os mais importantes fatores na evolução de muitas espécies, incluindo os humanos, fomentando habilidades para a sobrevivência. (SPRINGER, 2016,p.167/168)

Aqui fica explícita que a contribuição de Goodwin na obra de Kropotkin não é somente intensa, mas demarca o fio condutor de seu pensamento, contrário a toda forma de dominação imposta sob argumentos naturalizantes, questionando sempre o papel das instituições na reposição da hierarquia, desde as prisões até o próprio Estado detentor dos meios de produção, algo que chegou até os ouvidos da revolução mais importante dos líderes da revolução mais importante do século XX e foi devidamente ignorado.

### **Considerações finais**

A importância de Elisée Reclus e Piotr Kropotkin está sendo retomada na geografia nos últimos anos. Alguns marcos são evidentes, como a emergência da geografia crítica francesa dos anos 70, cuja figura central é Yves Lacoste. Essa vertente, apesar de vinculada a um pensamento engajado muito ligado ao marxismo tradicional, em especial as obras de Gramsci, buscando uma crítica da alienação e do imperialismo, teve importância na divulgação das obras de Reclus e Kropotkin já nos anos 80 (SKODA, 2016, p.20). Na geografia produzida entre Grã-Bretanha e os EUA aparece uma nova vertente do pensamento geográfico ligada não só outras interpretação do marxismo e do socialismo, mas incorporando a geografia a luta anti racista e por direitos civis nos EUA, o feminismo e as teorias *queer*, além do ambientalismo e os debates acerca do consumo do planeta. Dentro deste contexto, onde se reacendeu a importância e o interesse pelo anarquismo como prática ética e organização política pelo mundo, há uma retomada dos autores que compõem uma tradição crítica no momento de consolidação da geografia como ciência parcelar. Kropotkin e Réclus tem sido reincorporados para ajudar na compreensão das possibilidades de interpretar e, modificar o mundo contemporâneo a partir de suas obras. Em nosso breve estudo acerca do anarquismo elencamos algumas diretrizes que acreditamos orientar a crítica e a prática do anarquismo, tais como: crítica a dominação, seja ela vinda da Igreja, Estado, Capital, Patriarcado, Racismo, Imperialismo; autogestão por meio dos mecanismo de ajuda mútua e livre associação; desobediência civil; ação direta e revolta como motor da revolução permanente; ontologia da capacidade cooperativa. Para Kropotkin, tudo isso parece central, como já ficou evidente ao longo do texto. Adriano Skoda ainda nos traz outro pertinente insight quando expõe que “Clastres se aproxima muito em suas análises das conclusões realizadas por Élisée Reclus em seus escritos sobre as comunidades indígenas” (GÓMEZ *apud* SKODA, 2016, p.20), o que nos demonstra mais uma vez a atualidade e pertinência da retomada, assim como a possibilidade aberta para o avanço na crítica a sociedade moderna.

### Referências Bibliográficas

ADORNO, T. W. – *Sobre sujeito e objeto*. 1969. Disponível em: <http://adorno.planetaclix.pt/tadorno2.htm>



CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo. Cosacnaify. 2014.

CORRÊA, F. *Surgimento e breve perspectiva histórica do anarquismo (1868-2012)*. Faísca Publicações Libertárias, 2012

\_\_\_\_\_ *Bandeira Negra: Rediscutindo o Anarquismo*. Curitiba. Editora Prismas. 2014.

ELTZBACHER, P. *Anarchism*. Ebook. 2011.

GRAEBER, D. *O anarquismo no século XXI e outros ensaios [recurso eletrônico]*/ David Graeber; tradução Heitor Magalhães Corrêa. Rio de Janeiro. Rizoma Editorial. 2013.

HEGEL, G. W. F. *A razão na história. Introdução a filosofia da história universal. Edições 70*. 1995.

HIRSCH, S; VAN DER WALT, L. *Rethinking Anarchism and Syndicalism. The colonial and postcolonial experience, 1873 - 1940*. Leiden: Koninklijke NV. 2010.

KURZ, R. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo. Paz e Terra. 1992.

MARX, K. *O Capital: Crítica da economia política – Livro I. O processo de produção do capital*. São Paulo. Boitempo. 1890/2013.

MUSTO, M. *Trabalhadores, uni-vos!*. Antologia Política da Primeira Internacional. São Paulo: Boitempo. 2014

NETTLAU, M. *História da anarquia: das origens ao anarco-comunismo*. São Paulo. Hedra. 2008.

PAULA, A. El H. de. *Geografia e anarquismo. A importância do pensamento de Piotr Kropotkin para a ciência*. São Paulo. Editora Unesp Digital. 2019.

RECLUS, E. et al. *Escritos sobre educação e geografia*. Tradução: Rodrigo Rosa da Silva, Guilherme Amaral e Adriano Skoda. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2009.

SCHMIDT, M; VAN DER WALT, L. *Black Flame. The revolutionary class politics of anarchism and syndicalism. Oakland: AK Press. 2009.*

SKODA, A. G. *A Recepção de Élisée Reclus no Brasil: uma narrativa científica.* São Paulo. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP), FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2016

SPRINGER, S. *The anarchist roots of geography : toward spatial emancipation.* University of Minnesota Press, 2016.

\_\_\_\_\_ *Geografias anarquistas: uma breve genealogia.* Revista Verve, nº30. 2016.

WOODCOCK, G. *História das ideias e do movimento anarquista. Dois volumes.* Porto Alegre. Lpm Pocket. 2007.